

## **Profissionalização da História: questões para reflexão suscitadas por uma leitura de obras de histórias locais**

ARNALDO HAAS JÚNIOR\*

É bastante conhecida a explicação que Michel Foucault dá para o nascimento de sua obra “As Palavras e as Coisas” (FOUCAULT, 1992:05). Diz o autor que, ao ler um dos escritos de Borges<sup>1</sup>, foi acometido por um longo riso. O texto em questão cita certa enciclopédia chinesa (fruto da imaginação de Borges e pomposamente chamada de “Empório Celestial dos Conhecimentos Benévolos”) que propõe uma intrigante taxionomia. Segundo ela, os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pêlo de camelo, l) *et cetera*, m) que acabaram de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas. Não se sabe por que nem todas as letras do alfabeto foram utilizadas, mas esta era uma questão menor.

Foucault diz que, após o riso inicial devido ao descaso com a lógica, um olhar mais arguto lhe causou mal-estar frente a esta exótica classificação. Duplo revés: ao esforço para encontrar a coerência interna que sustenta tal ordenação é necessário acrescentar os limites do juízo, do olhar externo que, incapaz, conclui pelo absurdo. O momento em que Foucault tece os comentários sobre o texto de Borges – durante a confecção de seu quarto livro, publicado em 1966 – é aquele em que suas pesquisas têm por escopo um estudo ou, no entendimento do autor, uma arqueologia das condições de possibilidade para o conhecimento humano. Este não é o caminho que pretendo aqui tomar, mas utilizo a inspiração que o fragmento do ensaio de Borges suscita em Foucault como um vetor inicial para meus apontamentos.

Supondo por um instante não se tratar de uma invenção de Borges, é muito provável que um leitor não deveria sua vida às informações contidas em tal empório (pelo menos não ao que se refere à taxionomia dos animais). De nada adianta enquadrar

---

\* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.

<sup>1</sup> Foucault se refere ao ensaio “O idioma analítico de John Wilkins”, um dos trinta e cinco presentes na obra “Outras Inquirições”, escrita em prosa e publicada em 1952.

ou não os animais conhecidos em tal ordenamento porque, do ponto de vista dos critérios ditos racionais, a enciclopédia chinesa não teria outro acolhimento senão no “não-lugar da linguagem (FOUCAULT, 1992:07).” Mas, para além da superfície enganadora, o valor desta imponderável classificação reside na suspeita que ela lança sobre toda a natureza de classificações, sejam elas respaldadas ou não pela lógica científica. Em outras palavras, considerando que esta tem uma origem semelhante à de qualquer outra espécie de classificação, o aparente disparate apresentado por Borges não é uma exceção.

De fato, o ensaio de Borges é o *insight* utilizado por Foucault para denunciar o ocultamento da ação subjetiva que (de)nomina os ordenamentos, que lhes fornece o substrato no qual germina a coerência. À natureza intrínseca das taxionomias, à ordem como “coisa em si” que estaria inerente aos seres, Foucault contrapõe o trabalho de criação efetuado pelo sujeito do conhecimento. Para ele, os sistemas de classificação com os quais nos deparamos, como observadores ou como partícipes, ao nível do senso comum ou do espectro regrado do conhecimento científico, são resultado da ação humana, do seu olhar e da linguagem que exprime os objetos apreciados. Com efeito, relações de intencionalidade, *de poder*, e a grade conceitual da linguagem associam-se quando da constituição das classificações.

O alerta de Foucault se torna importante na medida em que questiona a existência de essências *a-históricas* para os componentes da realidade na qual estamos inseridos. De outra parte, por mais arbitrárias que possam ser as classificações há nelas um denominador comum ou, em outras palavras, um plano imaginário onde se assentam os elementos presentes, que é a pretensão de classificar ou de instituir um mínimo de familiaridade entre os elementos constitutivos. Assim sendo, um caminho interessante para o entendimento das classificações é aquele que primeiro passa pela compreensão do processo de constituição de identificações para os elementos nelas presentes. Um exemplo concreto pode lançar mais clareza sobre meu raciocínio.

Em dissertação de mestrado defendida no início de 2009, elegi como escopo a análise de um conjunto de obras de histórias locais produzidas entre os anos de 1985 e 2007 em municípios do Alto Vale do Itajaí<sup>2</sup> – SC. Por ocasião deste estudo pretérito

---

<sup>2</sup> A Região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, devido a fatores que congregam elementos de ordem política, econômica, cultural e administrativa, é composta por cinquenta e três municípios, divididos em três sub-regiões: Alto Vale, com vinte e oito municípios; Médio Vale, com quatorze municípios; e

abordei questões que, em parte, diziam respeito à maneira como essas obras dão suporte à constituição de uma identidade para os municípios alvo (e seus moradores), assim como para a região na qual estes estão inseridos. Com efeito, procurei mostrar que selecionando informações, coletando fontes, vestígios; omitindo o impensável e o indesejável; cooptando depoimentos e os enquadrando em uma narrativa; construindo ou disseminando arquétipos e estereótipos sociais, em sua proposta de inteligibilidade para o passado os(as) autores(as) das obras em questão tomam para si a responsabilidade de apresentar às populações locais sua história, sua identidade. Neste processo, via escrita ou apelo imagético – um amontoado de fotos que indicam ao leitor o que “realmente foi” e o que deve ser lembrado do passado – sobre os escombros, traços latentes e vestígios de identificações possíveis, constroem uma imagem de cidade, um modelo de lugar, uma identidade para o povo e um ideal de região.

Durante o período de pesquisa e problematização, em conversa com meus pares na academia, notei que algumas das características acima descritas das obras de história local figuravam como lugar comum nos comentários mesmo daqueles que nunca as haviam tomado como objeto de indagação. Mais que isso, cheguei a nutrir a impressão de que, uma vez lida uma obra, criar-se-ia um gatilho de significação onipotente capaz de contemplar todas as demais. Ocorre que o trato com o material empírico aos poucos foi se revelando instigante e capaz de revelar particularidades das políticas da escrita e da historiografia catarinense que permaneciam inexploradas. Motivado pela constatação da insipiência dos estudos relativos às obras de história local, não só em Santa Catarina, ousou afirmar no Brasil, iniciei meu próprio exercício de classificação.

A primeira dúvida que se apresentou com veemência respondia pela natureza do meu trabalho. Levando-se em conta que boa parte das obras de história local em questão foram escritas por indivíduos sem formação específica na área de história, seria possível sustentar a afirmação de que tais trabalhos podiam ser alvo de uma “análise historiográfica”? Aparentemente esta não é uma pergunta coerente, pois parte do pressuposto de que a historiografia só existe como resultado do trabalho de historiadores de ofício, aqueles pertencentes a um grupo específico: uma comunidade disciplinar com suas regras próprias. Todavia, para além da simples invalidação do seu

---

Foz do Itajaí, com onze municípios. Em minha dissertação efetuei a leitura e problematização de 17 obras de história local. Embora eu não as cite diretamente neste artigo apresento a listagem ao leitor (vide referências bibliográficas).

fundamento, um pouco mais de atenção sobre a pergunta implicou na reflexão sobre o conceito de historiografia e, como um desdobramento, sobre uma possível conceituação para “história local”. Busquei auxílio teórico.

A coletânea “A história escrita: teoria e história da historiografia”, por exemplo, reúne o que seu organizador, Jurandir Malerba, afirma não se tratar de mera “coletânea de textos perdidos em revistas espalhadas pelo mundo, mas um produto intelectual, fruto de inquietações e problemas presentes no trabalho dos historiadores (MALERBA, 2006:07).” Para tanto, nela encontram-se escritos que procuram empreender uma reflexão teórica acerca do conceito de historiografia e uma reflexão crítica sobre a epistemologia da história, redigidos por autores das mais distintas tradições nacionais e simpatias teóricas. Em quatro dos dez artigos presentes na obra a preocupação central dos autores gravita em torno do conceito de historiografia e do estatuto teórico do texto historiográfico. Nesses textos existem contribuições à ampliação e oxigenação do termo “historiografia”, mas não se chega a um conceito final, síntese de possibilidades múltiplas. Em verdade, não há por parte dos autores qualquer expectativa de fechar a questão, mas sim de apresentar algumas ideias que sirvam como balizas para uma reflexão sobre alguns caminhos pelos quais transita a escrita da história. Assim, para o próprio Malerba, em meio a um reino de práticas culturais de narração histórica e de diferentes manifestações do construto mental chamado história,

“historiografia” pode ser caracterizada como uma espécie de prática cultural e de estrutura mental. É uma apresentação elaborada do passado, limitada ao meio da *escrita*, com suas possibilidades e restrições. Ela pressupõe a existência social de um historiógrafo, caracterizado por um certo grau de especialização e eventualmente de profissionalização e sua função em uma ordem política e social (MALERBA, 2006:22).

Ainda segundo Malerba, a historiografia se apresenta duplamente como objeto e como fonte histórica: este sentido remete às elaborações discursivas sobre eventos pretéritos (uma história escrita); aquele ao processo reflexivo sobre os diversos elementos envolvidos na construção dessas elaborações discursivas (no sentido de uma análise sobre a história escrita). Além disso, mais do que uma narrativa sobre os feitos passados, a historiografia é também o produto de práticas culturais necessárias de orientação social: em sua tessitura abrigam-se traços de vivências, experiências e visões de mundo da sociedade na qual ela é produzida e sobre a qual ela pretende discorrer. Mesmo sendo limitada ao meio da escrita, a historiografia não se limita ao âmbito dos

“historiógrafos profissionais”, ou “historiadores de ofício”. Assim sendo, uma “análise historiográfica” pode tomar por objeto um conjunto de escritos mais amplo do que aquele produzido por profissionais com formação específica na área de história.

Em outra ordem de considerações Michel de Certeau, em seu “A Escrita da História”, encara a historiografia como uma operação que envolve “a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura) (CERTEAU, 2002:66).” Tratando a historiografia como uma operação, como uma construção datada e entregue a remodelações, ele postula que o texto historiográfico ou, seu referente, a escrita sobre o passado, adquire uma forma associada aos saberes que norteiam o trabalho do historiador, às relações de poder que o induzem a escolher este ou aquele material e a uma carga inextirpável de subjetividade.

Do meu ponto de vista considero que há, porém, na interpretação que Certeau faz da historiografia, uma forte inclinação em associá-la ao trabalho de profissionais cuja atuação é regida pelas diretrizes de um saber instituído (neste sentido, uma disciplina)<sup>3</sup>. Decorre daí que, pelo menos em tese, a proposta de Certeau seria mais apropriada quando utilizada como uma ferramenta à análise de produções históricas resultantes do trabalho de historiadores de ofício. Contudo, esta suposta inclinação não invalida a apropriação das ideias de Certeau como um suporte para o estudo de obras não adstritas a um saber institucionalizado, a fim de inserir as obras de história local no espectro de discussões de uma “análise historiográfica”. Tal atitude enseja a apresentação tanto do lugar social de fala dos autores quanto uma análise sobre o trato com a matéria bruta a partir da qual compõem suas histórias (suas fontes). Esta perspectiva de abordagem, inclusive, pode ganhar maior densidade caso seu desdobramento, *o texto* (o *gran finale* em Certeau), seja interpretado à luz das considerações de Paul Ricoeur, para quem “a história é, do começo ao fim, escrita (RICOEUR, 2007:148)”<sup>4</sup>, uma escrita que, em parte, contempla a “representação

---

<sup>3</sup> Ao comentar sobre a proliferação de trabalhos históricos romanescos, ou legendários, Certeau afirma que estes não produzem transformações no campo da cultura. Por este motivo, Certeau afirma que em história (historiografia) é científica a operação que transforma o meio, que confere ao passado a posição de produto, e não de um dado em si (CERTEAU, 2002:80).

<sup>4</sup> Seguindo um itinerário um tanto distinto daquele percorrido por Certeau, Ricoeur considera que a escrita atravessa todas as fases da operação historiográfica. Sugere também que esta última seria composta pela “fase documental”, pela “explicação/compreensão” e pela “representação historiadora” (fase literária ou escriturária).

historiadora”: construção das narrativas (por exemplo, o continuum passado/presente e seus “efeitos de verdade”), constituição de tropos e eventuais “estilos”.

Poder ser alvo de uma “análise historiográfica” significa, dentre outras coisas, ser alvo de uma exegese crítica. Esta poderia incidir, a exemplo daquilo que realizei em meu estudo, sobre a expectativa que autores de obras de história local têm de “resgatar o passado” ou, ainda, apresentar “toda a história local”. A crença no resgate de “toda a história” pode ser usada como um argumento contra o trabalho de parte desses autores, argumento este passível de ser utilizado também como um dos suportes à execução *tout court* de suas obras e à redução destas à mera literatura ficcional. Tentei contornar este problema guiado pelas contribuições de Michel de Certeau e sua compreensão da História como uma operação intelectual mediante a qual se propõe uma inteligibilidade para o passado. A maneira do literato, o historiador (inclusive o de história local) utiliza-se de um aparato lingüístico para se expressar; mas ao contrário daquele, este não é possuidor de uma liberdade ilimitada (pressuposto da ficção), pois seu trabalho é guiado pela luminosidade que emana de suas fontes. O discurso sobre o passado, compreendido desta forma, não deixa de ser uma invenção do presente, mas uma invenção que só se processa na medida em que o passado, ou os vestígios que a ele se referem, permite fazê-lo.

O fato é que mesmo partindo de uma concepção peculiar de história e desenvolvendo um raciocínio não necessariamente associado a um problema de pesquisa específico, o que permite uma margem de manobra maior, os autores de obras de história local não conseguem fugir das restrições que lhes são impostas por suas fontes (embora estas nem sempre sejam referenciadas). Assim, embora os autores, sejam aqueles contratados ou os que escrevem por conta própria, enalteçam partes/fragmentos do passado local que lhes são convenientes, é pouco provável que as informações por eles apresentadas tenham sido literalmente inventadas, ainda que possam ter sido manipuladas sem cuidado ou visando certos interesses.

A essas alturas o leitor atento poderia estar se questionando sobre o que entendo pelo termo “história local”. Em uma interpretação viável, história local pode ser concebida como uma história que tem como objeto um território circunscrito e conformado por semelhanças, sejam elas geográficas, administrativas, de formação histórica ou de experiências socioculturais. Mais ainda, ela é, sobretudo, compreendida

como local por emprestar relevo a fenômenos, episódios, relações, práticas e representações peculiares em contraste com fenômenos, episódios, relações, práticas e representações exibidos ou reconhecidos como gerais e, portanto, objetos de uma história mais ampla, nacional ou mundial, ou mesmo por silenciar ou menosprezar as relações entre uns e outros, entre o local e o geral, nacional ou mundial. Claro está que, muitas vezes, isso não é resultado de uma simples escolha quanto à escala, dimensão ou alcance do objeto de pesquisa, mas sim de um jogo de forças travado para definir quem tem a primazia de aparecer e ser reconhecido como geral, ou seja, um centro produtor e regulador de periferias, e quem tem de se contentar em ser peculiar, ou seja, um espaço e tempo em que, para além das reverberações do centro, acontecem manifestações particulares.

Optando por uma concepção mais flexível para o estatuto do texto historiográfico e encarando as obras de história local a partir da proposta de Michel de Certeau, como uma operação que envolve um *lugar social de produção, procedimentos de análise* e uma *escrita*, levantei algumas questões: quem escreve estas obras? Por quais motivos e interesses? Quais são suas vinculações sociais, políticas, profissionais, institucionais? Quem financia seu trabalho? Qual a relação que mantêm com a cidade sobre a qual escrevem? Como distinguir, via conceitos exploratórios, os autores entre si? Qual a concepção de história por eles defendida abertamente ou subentendida em suas escritas? Quais são as fontes utilizadas e como trabalham com elas? Como constroem sua narrativa? Não seriam os autores portadores de um estilo próprio de escrita? Cada uma dessas questões, devidamente explorada, oferece importantes elementos à reflexão. Vejamos uma delas.

Escrevi anteriormente que a elaboração de um estatuto para o texto historiográfico não é algo simples. Por exemplo, uma reflexão sobre o assunto implica na necessidade de se lançar clareza sobre as expressões que revestem os sujeitos envolvidos com a escrita da história. Dada à variedade extremamente ampla desses sujeitos, tal atitude torna-se igualmente complicada. Contudo, para o caso específico das obras de história local, a elaboração de alguns “conceitos exploratórios” tende a contribuir na compressão desses escritos. A caracterização que apresentei para “história local” cria as condições para o estabelecimento de um elo entre seus autores, pois os objetos sobre os quais empreendem suas análises têm contornos semelhantes. Ocorre

que, do ponto de vista conceitual, a única maneira que encontrei para colocar todos sob o mesmo teto foi considerá-los “produtores de história”. De fato, independente da formação intelectual, vinculações institucionais, inclinações idiossincráticas, todos os autores de história local são produtores de história. Certamente, a partir dessa categoria ampla surgem especificações representadas, por exemplo, pelos termos “historiador de ofício”, “historiador amador”, “memorialista” ou, ainda, “*history maker*”. Ferreira (2002:65) interpreta este último como sendo o autor que escreve sobre o passado sem fazer uso das regras estabelecidas pela comunidade acadêmica e que concebe os relatos orais como sendo a própria história. Mantendo a caracterização nestes termos, seria de se supor que o historiador de ofício, o profissional, além de relativizar os relatos orais, efetua seu trabalho sob o rígido controle de imperativos acadêmicos, sejam eles quais forem. Mas quem é ou pode ser considerado um “historiador de ofício”? Novas questões se insinuam.

Em primeiro lugar, do ponto de vista legal, ainda não existe em nosso país o reconhecimento da profissão “historiador”, o que implica na não existência de um estatuto formal/oficial que defina o que é ser ou não um historiador. Nesta seara, as deliberações existentes dizem respeito apenas à prática docente e não a atividade de pesquisa. No entanto, em tramitação no Senado Federal Nacional encontra-se o Projeto de Lei nº 368/2009, documento cujo teor prevê que o exercício da profissão de historiador é privativo aos portadores, no mínimo, de diplomas de curso superior em História (não há menção à clivagem licenciatura/bacharelado). Até o momento, portanto, uma caracterização para o termo “historiador de ofício” deve ser construída sobre outras bases e premissas. Uma delas diz respeito ao fato de que uma “identidade” para o historiador depende tanto da existência de uma autoconsciência, ou seja, de uma intenção deliberada de se produzir um texto de história, quanto do reconhecimento externo de que tal texto seja um trabalho de história. Ambas as situações remetem, direta ou indiretamente, para outro diacrítico: a formação específica na área de história (uma *disciplina*, aceno ao Projeto de Lei nº 368/2009).

Várias IES hoje oferecem o curso de graduação em História (licenciatura) na modalidade de Ensino a Distância. Em muitos casos, a adoção de um núcleo comum composto por um conjunto significativo de disciplinas que se estendem a diversas outras licenciaturas preenche um precioso espaço que, levando-se em conta a

preocupação com os aspectos teóricos e metodológicos envolvidos na escrita da história, poder(ia)/deveria ser ocupado por disciplinas específicas ao campo de “conhecimento científico da história”. Esta questão, por enquanto, não me parece devidamente equacionada no Projeto de Lei nº 368/2009. Por outro lado, levando-se em consideração a existência de muitos trabalhos de história de excelente qualidade produzidos por autores que não possuem formação específica nesta área, assim como a existência de trabalhos de qualidade duvidosa de autoria de “historiadores formados”, não seria um absurdo considerar que, por enquanto, imputar a um historiador a condição de “profissional”, “de ofício”, baseando-se apenas no critério “formação acadêmica”, é algo temerário. Uma possível saída para este impasse seria buscar uma caracterização para o historiador de ofício (ou para o seu trabalho) tomando por base alguns elementos e atitudes que surgiram ou tornaram-se explícitos a partir das discussões empreendidas por várias gerações de historiadores que se dedicaram à reflexão sobre o ofício do historiador. Dentre estes elementos e atitudes alguns são particularmente importantes: a reflexão sobre cada etapa e implicação deste ofício; o reconhecimento por parte de seus pares (uma comunidade científica); a elaboração de pressupostos teóricos e metodológicos e de problemas de pesquisa; a articulação de hipóteses; a organização e a crítica de uma massa documental; o cruzamento de informações; a compreensão do caráter parcial e fragmentário de cada um dos discursos que são elaborados sobre o passado. Além disso, mais do que narrar o passado o historiador de ofício procura compreender os mais variados aspectos relacionados com seu objeto de estudo, visando entender e explicar os eventos históricos em suas dimensões sincrônicas e diacrônicas.

É interessante notar que mesmo que a formação acadêmica por ora não seja um critério suficientemente eficaz para definir um historiador profissional, sua ausência, pelo menos na atualidade, certamente é um elemento usado na caracterização dos historiadores amadores. Certo está que este elemento não é exclusivo nem absoluto. A ele seria possível ajuntar características por vezes presentes em obras de história local, tais como a ausência de discussão, por parte dos autores, sobre o caráter parcial de suas versões sobre a história local, a ausência de problematização das fontes e o caráter meramente descritivo de suas narrativas.

Embora nutram grande afinidade com os historiadores amadores, podendo, inclusive, serem reconhecidos como tal, os “memorialistas” apresentam características

que lhes são próprias. Em primeiro lugar, há em seus trabalhos um nítido vínculo afetivo com o local sobre o qual escrevem. Por este motivo, não é raro ocorrer uma idealização exacerbada dos eventos passados, tanto aqueles por eles presenciados, quanto aqueles sobre os quais tomaram conhecimento através da memória coletiva. Utilizadas, em grande medida, com o intuito de destacar o local ao qual se referem, as memórias (pessoais ou fragmentos da memória coletiva) tendem a salientar as melhores qualidades do local e, conseqüentemente, dos seus moradores, obliterando máculas associadas a certos eventos passados. Vale lembrar que não considero memorialista apenas o autor que escreve sobre o passado local utilizando-se tão somente de relatos de memória: o que os caracterizaria seria a importância que tais relatos teriam na seleção das evidências empíricas passíveis de uso na representação do passado local.

Tomando por válida a maneira como Ferreira (2002) interpreta os “*history makers*”, é possível concluir que tanto os historiadores amadores, quanto os memorialistas enquadram-se nesta classificação, pois há em seus escritos uma relação de equivalência entre os relatos orais e a história, assim como um desprendimento em relação aos condicionamentos acadêmicos. Por este motivo, nas condições em que é retratado, o termo “*history makers*” não seria mais do que um neologismo que, do meu ponto de vista, cresceria em relevância caso pudesse ser resignificado à luz de uma questão levantada por Beatriz Sarlo.

As considerações desta intelectual argentina sobre a entrada das operações com a história no mercado de bens simbólicos abrem um espaço para a reflexão sobre os tipos de estratégias utilizadas por autores em sua busca por respaldo junto a um público leitor. Não tendo por alvo o restrito círculo acadêmico,

A modalidade não acadêmica (ainda que praticada por um historiador de formação acadêmica) escuta os sentidos comuns do presente, atende às crenças de seu público e orienta-se em função delas. Isto não a torna pura e simplesmente falsa, mas ligada ao imaginário social contemporâneo, cujas impressões ela recebe e aceita mais como vantagem do que como limite (SARLO, 2007:13).

Nota-se que Sarlo nem sequer menciona o termo “*history maker*”. Por outro lado, em suas palavras é possível captar as condições para a emergência de uma categoria mais aberta e muito mais ligada à atualidade, algo que, sem maiores problemas, poderia facilmente ser classificado como “*history merchant*”. A preocupação com um público composto em sua maioria por leigos, aos quais seria

necessário oferecer mais repostas prontas do que um conjunto de hipóteses, é um dos motes pelos quais se constituiria a narrativa do tipo de história produzida pelos “*history merchant*”. Neste sentido, não há como sustentar, por exemplo, uma concepção reducionista que embase a diferenciação entre o historiador de ofício e o *history merchant* no critério “formação acadêmica” – o que permitiria, na maioria dos casos, conferir ao “comerciante de história” à condição de amador, diletante – pois tal atitude desconsideraria que um elemento central na elaboração dos trabalhos dos *history merchants* é exatamente aquilo que se poderia chamar de *estratégia de ação*. Uma delas merece ser frisada.

Em muitas obras de história local a leitura dos blocos temáticos causa a impressão de ingresso em uma “galeria da memória” cujas peças que a compõem são cuidadosamente reunidas assim como o faria o mais dedicado dos antiquários. Há que se perguntar, portanto: não seriam tais trabalhos a materialização literária da atividade antiquaria tal qual nos sugere Arnaldo Momigliano? Estaríamos diante dos escritos de “antiquários modernos”? Senão vejamos:

Em toda a minha vida fui sempre fascinado por um tipo de homem tão próximo da minha profissão, tão transparentemente sincero em sua vocação, tão entusiasmado e com razão, e ainda assim tão misterioso com relação aos seus objetivos finais: o homem que se interessa pelos fatos históricos sem se interessar pela história. Hoje em dia é raro encontrar o verdadeiro antiquário (MOMIGLIANO, 2004:85).

Penso que, guardadas as devidas considerações e os necessários refinamentos, o conceito de “antiquário moderno” pode se constituir como (mais) uma interessante proposta de inteligibilidade.

Não há como negar que, ao longo desta digressão, inevitavelmente suscitei a lembrança da enciclopédia de Borges, mas esta atitude se explica. Por mais arbitrárias que sejam as classificações, elas são, sem dúvida, indispensáveis à compreensão de vários fenômenos e processos. Para o caso das histórias locais esta atitude conduz à eclosão de indagações sobre os alcances e os limites da representação historiadora produzida, em sua maioria, sem o controle dos condicionamentos acadêmicos. Mais que isso, ela aponta para os limites nem sempre tangíveis entre literatura ficcional e a história cuja escrita é movida pela intenção de veracidade. O entrecruzamento destas duas últimas questões cria o relevo para uma reflexão sobre as (im)possibilidades da história no espectro dos discursos extra-acadêmicos e lança ao prosicênio um grande

dilema: o embate entre a historiografia profissional, de corte acadêmico, regida por um método anunciado e os seus pressupostos de pesquisa, e a história de circulação massiva, como sugere Beatriz Sarlo.

A intelectual argentina aborda esta questão via delineamento geral das características de cada um desses regimes de produção do passado. Segundo a autora, embora se trate de regimes distintos, seria uma incoerência estabelecer qualquer espécie de hierarquia valorativa entre eles, pois atendem a apelos, objetivos e demandas diferentes. Entendo como a crítica literária argentina interpreta a questão, contudo, sinto-me inclinado a fazer algumas objeções. Em primeiro lugar, por “histórias de circulação massiva” é possível entender trabalhos de naturezas diversas. Supondo que as obras de história local possam ser inseridas nesta proposta, por mais que tais escritos possam nutrir semelhanças há entre eles diferenças significativas demais para serem desconsideradas. Por outro lado, partindo do pressuposto de que as representações do passado não são matéria inerte, que os discursos que tomam os eventos pretéritos como referente não são neutros, para além da mera descrição de tais regimes há que se considerar seus efeitos de poder em suas variadas graduações. Interpreto esta atitude como uma resposta àquilo que Manoel Guimarães afirma ser uma das responsabilidades da historiografia como área de investigação “se interrogar acerca dessas inúmeras formas de produção do passado e dos regimes correlatos de escrita que se instauram para significar este conjunto pretérito de experiências (ABREU; SOIHET; GONTIJO, 2007:31)”.

A questão que pretendo aqui colocar não é o enaltecimento ou a depreciação de trabalhos construídos fora do circuito acadêmico, mas a disputa, com clareza e consciência, do jogo da enunciação legítima, da voz autorizada. Não se trata de conferir à historiografia acadêmica o monopólio sobre a representação historiadora, pois tal atitude muito provavelmente poderia apenas lançar a disputa a outro campo, qual seja, o das querelas institucionais e dos embates entre distintas concepções teórico-metodológicas que habitam a academia. Por outro lado, mesmo defendendo aqui a importância das obras de história local – trabalhos que, principalmente em cidades de pequeno porte, têm uma importância vital na construção de um sentimento de pertença e na articulação de uma dimensão temporal às experiências vividas no presente –, obras para os quais muitas vezes o discurso acadêmico torce o nariz, não nego o direito que

nós, historiadores acadêmicos, temos de lutar pelo reconhecimento e valorização da nossa atividade. Ocorre que, na perspectiva de uma epistemologia do conhecimento histórico, considero que ainda há muito que se discutir antes do ato final do Poder Legislativo que regulamente a nossa profissão.

### **Referências Bibliográficas**

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ADAME, Luiz Saulo; ROSA, Tina. *Agrolândia: de Trombudo Alto aos nossos tempos*. 2ª ed. Itajaí: S&T Editores, 2005.

\_\_\_\_\_. *Alto Rio dos Bugres: As origens do município de Imbuia*. Blumenau: Odorizzi, 2004.

\_\_\_\_\_. *Paisagens da Memória: A criação do município de Vidal Ramos*. Itajaí: S&T Editores, 2004.

\_\_\_\_\_. *Rio do Oeste: A história oficial e outras histórias*. Itajaí: S&T Editores, 2004.

AMAVI. Potencialidades e Oportunidades de Investimento no Alto Vale do Itajaí, In: *Revista da Amavi*. Rio do Sul, Gráfica Tambosi, 2004.

AVANCINE, Alexandre. *Vitor Meireles: um mergulho no passado*. Florianópolis: Papa Livro, 1996.

BONIN, Dante. *História de Saleté: terra do Ribeirão Grande*. Taió: ed. Jornal Gazeta do Alto Vale, 1992.

BONIN, Dante; BUTZKE, Victor. *Rio do Campo e Sua História: vidas no tempo*. Taió: Editora Jornal Gazeta do Alto Vale, 1992.

BORGES, Jorge Luis. *Obras completas*. vol. 2. São Paulo: Globo, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CRISTOFOLINI, Evacir Renato. *Pouso Redondo: nossa história, nossa gente*. Rio do Sul: Nova Era, 2000.

DIRKSEN, Valberto. *Dona Emma: história do município*. Florianópolis: Edição do Autor, 1996.

- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, 2002, vol.1.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. de Salma Tannus Muchail. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KLUG, João; DIRKSEN, Valberto (orgs.). *Rio do Sul: uma história*. Florianópolis/Rio do Sul: Ed. da UFSC/Fundação Cultural de Rio do Sul, 2000.
- KOCH, Dorvalino Eloy; MOMM, João. *Famílias Pioneiras de Salto Grande: Ituporanga SC*. Ituporanga: Edição do Autor, 1985.
- LUCAS, Victor. *Olhos Azuis: a história de um rio*. Rio do Sul: Nova Era, 2001.
- MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.
- PERFIL DE PRESIDENTE NEREU. Prefeitura Municipal de Presidente Nereu. Conselho Municipal de Turismo. [S.I.: s.n.], 2000.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alan François [et.al.]. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.
- SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Cia. das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SENS, João Nicolau. *Família Sens: uma história para se contar*. Ituporanga: Edição do Autor, 2005.
- WIESE, Harry. *De Neu-Zürich a Presidente Getúlio: uma história de sucesso*. Rio do Sul: Editora Jornal Nova Era, 2000.
- \_\_\_\_\_. *De Neu-Zürich a Presidente Getúlio: uma história de sucesso*. 2ª ed. Ibirama: Editora Gráfica Jornal Vale do Norte, 2004.
- ZANELLA, Fiorelo. *Das clareiras da barra do Tayó: um registro da oralidade histórica*. Blumenau: Nova Letra, 2007.